

# O RIO NÃO PODE COLAPSAR

## MANIFESTO EM DEFESA DO RIO DE JANEIRO, DO PACTO FEDERATIVO E DA SEGURANÇA JURÍDICA

*Texto-base aprovado na audiência pública da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), realizada em 28 de abril.*

Ao Supremo Tribunal Federal – STF

As autoridades públicas, representantes eleitos da população fluminense, e lideranças do setor produtivo do Estado do Rio de Janeiro, abaixo assinadas, vêm, com o mais elevado respeito a esta Corte, manifestar profunda preocupação com o julgamento da ADI 4917, pautado para o próximo dia 6 de maio, que trata da redistribuição dos royalties do petróleo.

O tema em análise transcende uma disputa federativa pontual. Trata-se de uma decisão com potencial de provocar impactos estruturais severos sobre a economia, as finanças públicas e, sobretudo, sobre a capacidade de prestação de serviços essenciais à população do Estado do Rio de Janeiro e de seus municípios.

Os royalties do petróleo possuem natureza jurídica de compensação. São destinados aos entes federativos que suportam diretamente os ônus da atividade petrolífera — ambientais, urbanos, sociais e de infraestrutura. Não se tratam de receitas ordinárias, mas de uma contrapartida legítima pelos impactos concretos e permanentes da exploração de um recurso natural finito.

O Estado do Rio de Janeiro responde pela maior parte da produção nacional de petróleo e gás, concentrando os investimentos, os riscos e as externalidades dessa atividade estratégica para o Brasil. Ao mesmo tempo, já sofre perdas significativas decorrentes do modelo tributário vigente, que direciona a arrecadação do ICMS dos combustíveis aos estados consumidores, e não aos produtores.

Nesse contexto, eventual validação da redistribuição prevista na Lei nº 12.734/2012 representará uma dupla penalização ao Estado do Rio de Janeiro: além de não reter parcela relevante da tributação sobre a cadeia do petróleo, poderá ver drasticamente reduzidas as receitas compensatórias que hoje sustentam políticas públicas fundamentais.

Estudos recentes da Firjan apontam que os impactos potenciais dessa decisão podem alcançar dezenas de bilhões de reais anuais, comprometendo diretamente investimentos em saúde, educação, segurança e infraestrutura, com reflexos imediatos na qualidade de vida da população e na sustentabilidade fiscal de diversos municípios.

Mais do que números, trata-se de garantir estabilidade institucional, previsibilidade jurídica e respeito ao pacto federativo consagrado pela Constituição da República.

A alteração abrupta das regras de distribuição de receitas, após anos de consolidação de expectativas legítimas e organização orçamentária dos entes federativos, pode gerar efeitos gravíssimos e irreversíveis, com repercussões econômicas e sociais de larga escala.

Diante disso, apelamos a esta Suprema Corte para que, no exercício de sua elevada missão constitucional:

- preserve a natureza compensatória dos royalties do petróleo;
- resguarde os direitos dos entes produtores;
- e assegure a estabilidade jurídica necessária ao equilíbrio federativo e ao desenvolvimento nacional.

O Rio de Janeiro não pleiteia privilégios. Reivindica, tão somente, justiça federativa, coerência constitucional e o reconhecimento de sua contribuição estratégica para o país.

Confiamos na sensibilidade e na responsabilidade institucional deste Tribunal para com os impactos concretos de sua decisão sobre milhões de brasileiros.

Respeitosamente,

[Assinaturas] Deputados Estaduais Prefeitos Municipais Lideranças Empresariais Representantes da Sociedade Civil